

## 1. Introdução

Quando decidimos estudar um pouco mais a história da educação em nosso país, tínhamos como meta um único objetivo, contribuir para que mais uma lacuna fosse preenchida entre as tantas ainda em aberto.

O elemento decisivo para a escolha do objeto desta pesquisa, foi a total ausência de menções à contribuição oferecida à construção de nosso sistema educacional pelos missionários batistas.

Conhecíamos a história destes missionários e todo o esforço que empreenderam ao longo destes últimos cem anos para desenvolverem em nosso país vários trabalhos educacionais simultâneos aos trabalhos eclesiásticos.

Consideramos importante retratar uma parte desta obra, como forma de exemplificar a grandeza desta influência. E por este motivo, elegemos como objeto desta pesquisa, as atividades educacionais desenvolvidas na cidade de São Paulo, entre os anos de 1901 e 1919, pela primeira missionária enviada ao Brasil, pelos batistas dos Estados Unidos – D. Anna Luther Bagby.

Nossa principal preocupação foi localizar tanto fontes primárias (fotos, documentos pessoais, documentos oficiais) como fontes secundárias que nos dessem qualquer informação a respeito das atividades de D. Anna durante este período.

Nossa busca deu-se tanto no Arquivo Histórico do Colégio Batista Brasileiro (nome atual da instituição fundada por ele em 1901, na cidade de São Paulo) como em instituições públicas mantenedoras de acervos sobre a história educacional da cidade de São Paulo (Arquivo do Estado, Biblioteca Mário de Andrade, entre outras).

A nossa principal ênfase foi traçar um perfil do trabalho pedagógico desenvolvido por esta missionária que contemplasse, entre outros aspectos, o perfil dos alunos assistidos, o perfil dos professores, o currículo e o método pedagógico utilizados.

Infelizmente, como toda pesquisa histórica, nem sempre o que almejamos está ao nosso alcance. Somos sempre submissos às possibilidades oferecidas pelas fontes encontradas. A nossa principal dificuldade foi o descaso dos próprios batistas em preservar o legado histórico de seus pioneiros em nosso país. Infelizmente, a prioridade para estes é a preservação apenas das atividades estritamente religiosas, ficando as demais atividades submissas as primeiras, mesmo nos livros dedicados à memória da denominação.

Nos arquivos públicos, também a situação não é distinta, já que a prioridade é preservar a história educacional pública, e não a de instituições particulares.

Apesar destas dificuldades, cremos que as informações reunidas das fontes pesquisadas proporcionarão, não apenas a comunidade acadêmica da área educacional, mas aos três milhões de adeptos da fé batista em nosso país, um melhor conhecimento e compreensão das atividades educacionais desenvolvidas pelos missionários pioneiros desta denominação.

Estamos convictos de que muito ainda há para completar este trabalho e esperamos que outros venham nos dar a sua contribuição porque acreditamos que todos os anos investidos pela professora Anna na propagação da educação feminina em nosso país não foram em vão.

## **2. O Brasil e os missionários americanos**

Nos meados do século XIX, devido à crise política e social gerada pela guerra civil, muitos norte-americanos deixaram seu país e buscaram aqui o refúgio para suas famílias.

Eles foram atraídos, principalmente os sulistas, pelas similaridades existentes entre esta região e o nosso país. Em ambas, as características econômicas e sociais eram muito semelhantes, em especial a opção de realizar a monocultura da terra com o uso de mão-de-obra escrava.

Em busca de um recomeço de vida, os imigrantes não trouxeram apenas sua forma de cultivar a terra e de fazer negócios, eles trouxeram também suas crenças e valores. E de todos estes valores, a crença religiosa foi a que mais influenciou e deixou marcas em nosso país.

Enquanto o Brasil sempre teve predominância da fé cristã Católica Romana, nos Estados Unidos, esta era Protestante. Desde a sua colonização, os Estados Unidos sempre foram vistos pelos adeptos do Movimento da Reforma do século XVI, como o único lugar no mundo onde a liberdade religiosa se tornara um princípio inviolável.

Assim, entre os imigrantes oriundos da Guerra Civil Americana que vieram para o nosso país, a partir da segunda metade do século XIX, havia muitos cidadãos norte-americanos adeptos das diversas igrejas protestantes existentes em seu país: congregacionais, anglicanos, metodistas, presbiterianos e batistas.

Os batistas segundo CLARK (1998) foi o último grupo a estabelecer um trabalho em solo brasileiro. Segundo CRABTREE (1937):

*“Em 1866, fundou-se em Santa Bárbara na Província de São Paulo uma colônia norte-americana, composta principalmente de presbiterianos, batistas e methodistas. Por intermédio desses colonos as três grandes denominações do Sul dos Estados Unidos interessaram-se na evangelização do Brasil e fundaram as quatro denominações evangélicas mais fortes: a Igreja Methodista do Brasil, a Igreja Presbiteriana do Brasil, a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil e a Denominação Baptista Brasileira” (p. 32).*

Os autores estudados afirmam que a vinda de D. João VI para o Brasil, proporcionou a abertura lenta mais gradual de nosso país para os estrangeiros e conseqüentemente, para o estabelecimento das igrejas destes estrangeiros.

É de conhecimento geral que desde 1810, os protestantes já gozavam de garantia da liberdade de culto para os que residissem em nosso país, mas sob algumas condições, a saber: eles deveriam construir suas capelas com aspectos de residências e não poderiam exercer atividades missionárias entre os nacionais.

Assim, a colônia de Santa Bárbara, de onde surgiu a primeira igreja batista no Brasil, no ano de 1871, não é considerada a primeira igreja batista do Brasil, porque não houve a intenção de trabalhar com os brasileiros.

Esta era uma igreja pequena que cuidava da vida espiritual dos colonos, onde todas as atividades eram realizadas na língua destes e tinha como prioridade as necessidades dos mesmos.

Mas estes colonos, apesar das proibições legais, não deixaram de apelar para suas igrejas natais pelo início de um trabalho missionário no Brasil. Tanto que CRABTREE (1937) descreve o nosso país sendo um país Católico Romano de sentimentos tolerantes e liberais para com os protestantes.

Na realidade os batistas do Sul dos Estados Unidos consideravam o nosso país naquele momento como um país:

*“(…) novo, no sentido que está emergindo das trevas do domínio do Papa e de Portugal, e está tomando lugar entre as nações progressistas da terra. O povo brasileiro não tem o Evangelho e a Igreja Catholica não satisfaz as suas necessidades espirituas. A experiencia de outras denominações demonstra que não há dificuldade absoluta no trabalho missionário entre os brasileiros.” (CRATREE, 1937, p. 37)*

Finalmente, a Convenção das Igrejas Batistas do Sul dos Estados Unidos, sediada na cidade de Richmond, no Estado da Virgínia, nomeou os primeiros missionários norte-americanos para o Brasil, no ano de 1880: o pastor e professor William Buck Bagby e a professora Anna Luther Bagby.

Estes vieram não apenas para dar apoio espiritual aos seus, mas também difundir por entre os brasileiros a sua crença, por considerar o ensino teológico dado pelos católicos, muito distante da verdade registrada nos evangelhos bíblicos, segundo suas próprias convicções.

A crença trazida pelos colonos e pelo casal Bagby, não era distinta apenas dos cristãos católicos, mas também dos outros grupos protestantes que buscavam neste período fixarem-se por aqui. A principal diferença estava no princípio fundamental que guia ainda hoje os batistas, a crença na livre consciência do homem.

Para o historiador denominacional CRABTREE (1937), este princípio consiste na crença de que todo indivíduo é livre para aceitar os ensinamentos contidos no Novo Testamento. Nele encontramos o ensino que Jesus Cristo é Filho de Deus e o único que pode dar ao homem a Salvação Eterna. A Salvação Eterna significa que o homem pode ter a vida eterna após o retorno de Jesus Cristo, através da ressurreição do corpo.

Assim, ao desembarcarem no Rio de Janeiro em 1881, D. Anna e seu esposo, acreditavam que a vinda deles ao nosso país, era uma providência divina para que o povo brasileiro encontrasse o verdadeiro significado do sacrifício vivido por Jesus Cristo.

Durante o processo de nomeação destes primeiros missionários, as vantagens da vinda deles ao nosso pai foram assim descritas e defendidas:

*“Primeiro, o governo é justo e estável, sabiamente administrado, oferecendo ampla segurança de vida, liberdade e propriedade; governo que reconhece mérito e pune prontamente os criminosos. São recebidos com corações abertos imigrantes industriais de todos os países estrangeiros e especialmente os dos Estados Unidos da América do Norte, oferecendo-lhes toda a facilidade e protecção necessárias para o seu progresso e prosperidade. Segundo, o povo é cortês, liberal e hospitaleiro. Mostra muito boa vontade para com o povo norte-americano e acha-se em condições favoráveis para receber das nossas mãos o christianismo evangélico que contribuirá para o progresso de seu país. Terceiro, o clima é ameno, a terra elevada e salubre, o solo fértil, produzindo todos os productos variados de diversos climas. Estudando todos os campos, é evidente para nós que Deus na sua providência tem preparado de maneira especial aquella pátria e aquella povo generoso para os exércitos evangelizadores da*

*nossa denominação”* (Relatório de Mr. HOWTHORNE a Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos *apud* CRABTREE, 1937, pp. 42-43)

Estas informações são importantes para a nossa compreensão posterior sobre as relações entre esta fé protestante trazida pelos batistas e importância que estes deram à educação elementar.

### **3. A pioneira: Anna Luther Bagby**

A missionária Anna Luther Bagby, registrada por seus pais como Anne Luther Bagby, nasceu nos Estados Unidos, no dia 20 de março de 1859, na cidade de Kansas City, Missouri, nos Estados Unidos da América do Norte.

Era a segunda filha do casal formado por John Hill Luther, natural de Rhode Island e de Anne Hasseltine, natural da Carolina do Sul.

CRABTREE (1937) descreve Anne como uma jovem que foi desde muito pequena foi influenciada pelo espírito missionário de sua família. Ela era conhecida por possuir um espírito profundamente religioso, de caráter corajoso e idôneo, possuindo por vocação as características necessárias a um missionário.

Até a sua adolescência, Anne foi educada no lar, pelos seus pais. Na bibliografia escrita por sua filha, na edição americana, ela relata que a família passou por diversos momentos de mudanças e dificuldades financeiras, principalmente por causa da Guerra Civil. Provavelmente, estas eram as razões dos seus estudos elementares terem sido realizados na intimidade do lar.

Ao chegar à cidade de Saint Louis, Anne passou a estudar na Grammar School e na High School da cidade. Níveis de ensino que em nosso país compreendem atualmente, o ensino fundamental e médio.

Foi nesta época que ela tomou a mais importante decisão para um cristão batista: ela professou publicamente a sua fé na obra salvadora de Jesus Cristo.

Mais tarde, foi estudar na prestigiada instituição de Lexington Baptist College, graduando-se. E durante sua estada nesta instituição, sentiu-se vocacionada para o trabalho missionário dos batistas.

Para formar-se professora, após terminar sua graduação no ensino superior, especializou-se em educação, após um ano de estudo na Saint Louis Normal School.

E enquanto seu desejo de ser missionária aguardava o tempo certo, Anne iniciou suas atividades educacionais no departamento feminino do Baylor College que seu pai havia sido convidado a administrar em 1878. Nesta instituição ela dedicou-se ao ensino de trigonometria e também ocupou o cargo de deã do departamento feminino.

Em 1879, Anne recebe o pedido de casamento de William Bagby, jovem pastor e também professor com quem manteve um longo romance. E enquanto ela se preparava para o casamento, foi procurada por Mr. Hawthorne que soube de seu desejo de ir para o estrangeiro como missionária.

Este senhor era o promotor nomeado pela Junta de Richmond para levantar recursos para as Missões Estrangeiras junto às igrejas batistas do estado do Texas e estava buscando interessados em iniciarem uma obra missionária no Brasil.

Anne não teve como negar aos apelos do promotor e aceitou vir para o Brasil desde que William também consentisse com este intento.

Por aquela época, seu noivo William havia terminado a leitura de um livro ofertado por um amigo sobre o nosso país e após conhecer todas as possibilidades de garantias de sustento ofertadas, resolveu aceitar o desafio de iniciar uma obra batista na América do Sul.

Assim, enquanto aguardavam a convocação da Junta de Richmond, Anne e William oficializaram a sua união matrimonial, no dia 21 de outubro de 1880, na cidade de Independence. Este durou até o seu falecimento de William, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 1939, aonde jazem seus restos mortais.

Após o casamento, Anne, agora, Mrs. Bagby mudou-se para a cidade de Corsicana, Texas, onde o seu esposo era pastor. Ali permaneceu até a convocação da Junta. No princípio de dezembro daquele ano, o novel casal deixou esta cidade rumo ao Brasil.

Dos preparativos até desembarcarem no Rio de Janeiro, na manhã do dia 02 de março de 1891, foram três longos meses. Só a viagem de navio durou quarenta e oito dias.

Como não quiseram aceitar o auxílio do Governo Imperial<sup>i</sup> do Brasil para o transporte até o Rio, partiram de Baltimore, no dia 14 de janeiro daquele ano, num cargueiro que fazia o transporte de mercadorias dos Estados Unidos para o Rio de

Janeiro. O cargueiro *Yamoyden* era propriedade de dois irmãos que possuíam a mesma fé que os Bagby.

Durante a viagem, Anne manteve um diário minucioso de tudo que acontecia como eles. Nele, ela expõe todos os seus sentimentos de ser a única mulher a bordo.

Após, chegarem ao Rio de Janeiro, o jovem casal veio por trem até São Paulo, e depois até a Colônia de Santa Bárbara, onde ficaram hospedados por alguns meses na casa de Mrs. Mary Ellis. Mas, como o casal não tinha nenhum conhecimento da língua Portuguesa, acharam mais proveitoso se mudaram para Campinas, onde aprenderiam a nossa língua no Colégio Presbiteriano.

Acreditamos que este colégio é na atualidade, o Seminário Presbiteriano de Campinas, mas apesar de buscarmos evidência disto, nada conseguirmos localizar que nos dê provas irrefutáveis disto.

Assim, temos apenas as informações deixadas por Harrison (1954) de que durante os quinze meses em que viveu neste colégio, Anne, não somente substituiu a diretora da Ala Feminina, por ocasião de suas férias, mas também deu aulas em diversas classes já que era escasso o número de professores.

Foi em Campinas que Anne aportuguesou seu nome para facilitar nos contatos com os brasileiros. Ela passou a grafar seu nome, da seguinte maneira – Anna. Da mesma forma, outros missionários também aportuguesaram os seus nomes, segundo nos informa Pereira (1985).

Nesta cidade também, nasceu sua filha, a primeira dos oito filhos que Anna Bagby traria a vida. E por causa deles, pelos dezenove anos seguintes, dedicou sua vida como cooperadora de seu esposo, cuidando muito mais dos afazeres domésticos do que da obra educacional.

Durante este período, viveu com seu esposo em Salvador e depois, no Rio de Janeiro. Em ambas as cidades, ele instalou trabalhos missionários que ainda hoje atuam grandemente em nosso país. Em Salvador, no dia 15 de outubro de 1882 fundou a Primeira Igreja Batista do Brasil. E no Rio, a segunda (conhecida hoje como a Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro), no dia 24 de agosto de 1884.

Anna durante estes anos auxiliou seu marido no trabalho eclesiástico, dando ensino sobre as doutrinas bíblicas defendidas pelos batistas, às mulheres brasileiras que

foram aceitando a sua fé, da mesma forma como fizera no Texas, nas igrejas dirigidas pelo seu pai.

Mas, apesar de todos os sucessos e infortúnios vivenciados, a família Bagby sempre desejou viver na cidade de São Paulo, que no começo do século XX, despontava como um grande centro financeiro e produtor do país.

Após um período de férias nos Estados Unidos em 1901, os Bagby receberam a permissão da Junta de Richmond de mudarem para a capital paulistana, o que fizeram no mês de outubro daquele ano mesmo.

Segundo Helen, foi na cidade de São Paulo que seus pais realizaram suas maiores ambições. Nas suas palavras:

*“(...) depois de vinte anos nos trópicos, dois na Bahia e dezoito no Rio, papai cumpriu afinal sua suprema ambição de voltar ao Estado onde ele tinha achado seu primeiro lar (...) Mamãe alcançou, em São Paulo, o cumprimento de sua grande ambição. Deveres caseiros e as exigências de oito bebês, com a perda de dois, tinham reduzido durante vinte anos o tempo e a energia que desejava dedicar ao seu programa evangelístico. ‘Almas, almas, são o que desejo de salário... quero ver de novo o milagre da conversão!’ dizia. Ela havia escrito à família nos Estados Unidos: ‘Tenho estado longe do trabalho tanto tempo que sinto fome por ele. Os homens são tão abençoados pelo seu ministério às massas através dos púlpitos’, comentava ela. Um colégio lhe forneceria comparável, se não superior influência..” (HARISSON, 1987, pp. 63-64).*

E é sobre este colégio que iremos tratar mais adiante. Ele foi durante dezessete anos, a principal ocupação de Anna e também a maior contribuição deixada por ela, não somente aos batistas, mas aos brasileiros.

Seu trabalho se distinguiu de todos os demais que foram iniciados pelos batistas no Brasil, por causa de suas metas e intenções. Talvez por isto, hoje seja o mais estável dos colégios batistas ainda em funcionamento no Brasil e também o maior em números de alunos atendidos.

Na época em que D. Anna mudou-se para São Paulo e fundou o seu colégio, os batistas já tinham a sua crença espalhada pelo nosso país, com vários casais de missionários trabalhando em igrejas no Nordeste, no Sudeste e no Norte. Segundo CRABTREE (1937), eram ao todo 35 igrejas e aproximadamente 1.932 membros em todo o país.

Mas por que será que os missionários batistas se preocupavam com a educação elementar do povo brasileiro? Para respondermos a esta questão precisamos



compreender um pouco o período vivido pelos brasileiros com relação à educação elementar no começo do regime republicano. E principalmente, por que razão os missionários batistas eram atraídos para atividades educacionais em nosso país.

#### **4. A educação brasileira e a educação para os missionários batistas**

De todos os grupos protestantes que iniciaram suas atividades na virada do século XIX para o século XX em nosso país, não houve quanto à questão educacional, quem mais se preocupasse com esta questão que os missionários batistas.

Estes eram fervorosos defensores da liberdade religiosa e da livre associação do indivíduo a uma fé, defendiam que somente o estudo do Novo Testamento poderia dar ao ser humano a compreensão exata de quem era Jesus Cristo e qual o seu propósito para o mundo.

E para garantir que todas as pessoas tivessem condições de compreenderem o que estava registrado na Bíblia, era fundamental que o povo tivesse acesso a educação. Foi o princípio de livre interpretação bíblica que motivou os batistas a desenvolverem nos Estados Unidos um grande sistema educacional, transplantado por seus missionários para outros países, posteriormente.

Pereira (1985) historiador denominacional, considera em sua obra que houve três grandes razões pelas quais os missionários batistas consideravam a área educacional importante para o progresso da obra missionária em nosso país: o grande número de pessoas analfabetas, o número insuficiente de escolas públicas disponíveis a população e o preconceito do povo brasileiro pelos cristãos batistas, considerados ignorantes, por influência dos líderes da igreja Católica Romana.

Segundo ele, *“dada à importância da leitura da Bíblia, na divulgação do evangelho, era natural que os pioneiros se tornassem campeões na luta contra o analfabetismo”* (Pereira, 1985, p. 52).

Na realidade, o que motivava os missionários a abrirem trabalhos educacionais era a esperança de atrair para a sua fé, brasileiros que fossem atraídos para as suas instituições educacionais em busca de um ensino de qualidade moral e técnica superior aos colégios católicos ou públicos.

A ação de fundar um colégio, não foi um ato exclusivo de D. Anna, mas ocorreu também em outras regiões<sup>iii</sup>, onde havia trabalho dos missionários batistas. Eles

esperavam, “*usar as escolas e colégios para a propagação do Evangelho. Ministrando a melhor instrução possível, esperavam atrair muitos alunos e por meio de cultos e leituras bíblicas, desejavam evangelizar esses alunos*” (Pereira, 1985, p. 52).

E esta tese é corroborada pelo estudo feito por SCHULZ (1989) que em sua obra desenvolve a tese que o ato educativo promovido pelos protestantes possuem três fundamentos básicos: a visão de mundo, o saber protestante tido como conhecimento e a confiança na educação como elemento transformador da sociedade.

No caso específico dos batistas, podemos relacionar estes fundamentos com a própria história denominacional nos Estados Unidos. Nesta é atribuído aos batistas tanto a fundação do sistema educacional público no período colonial (1648), quanto à fundação de instituições de influência nacional como Harvard College.

E por este motivo, Machado (1994), outro autor da história denominacional, considera que os missionários batistas assumiram a educação secular, como uma de suas funções nos países em que estavam, porque suas escolas, quando abertas, exerciam “*muita influência em suas comunidades, em consequência do ensino de alto nível, capaz de gerar uma boa impressão nas famílias e autoridades, e da seriedade no trato da Pedagogia e nos aspectos burocrático-administrativos*” (MACHADO, 1994, p. 31).

E isto, não foi diferente com o colégio de D. Anna. O que o diferenciava eram outros aspectos, que detalharemos na próxima parte deste relatório.

## **5. O Colégio Batista Brasileiro**

Quando D. Anna chegou à cidade de São Paulo (1901), foi morar próximo de outro casal de missionários americanos<sup>iv</sup> que já estavam trabalhando na cidade.

D. Anna tinha dois filhos em idade escolar e para instruí-los até o final daquele ano, reuniu-os com os filhos da Sra. Taylor ao redor de sua mesa, todas as manhãs.

Por meio de contatos informais, D. Anna ficou sabendo que havia nas proximidades de seu lar, uma escola particular, pequena, dirigida por uma cristã presbiteriana que estava em busca de um comprador para o seu negócio.

Por ocasião da festa de encerramento das atividades escolares de 1901, D. Anna compareceu no modesto colégio, para conhecer as dependências e as condições para a realização da compra daquele empreendimento.

Ela percebeu nesta oportunidade, a realização de um antigo sonho, e a possibilidade de alcançar famílias brasileiras através do ensino de seus filhos. E da mesma forma pensavam todos os missionários residentes<sup>v</sup> em São Paulo. Em seu manuscrito, D. Anna nos conta como se deu a negociação:

*“Em nossa vizinhança, mantinha uma escola particular a Sra. Mary Mc Intyre, que nos convidou para assistirmos a sua festa de encerramento. Ficamos encantadas. Soubemos, então, que ela desejava vender a instituição e tendo eu motivos para crer que a União Geral de Senhoras do Sul dos EE. UU. daria forte apoio a tal empreendimento, indaguei das condições. Ela oferecia seu nome e influência, juntamente com algumas escriturinhas bastante gastas por 10:000\$000, afirmando que o lucro mensal, eliminadas as despesas, montava a 2:000\$000 (...) Fechamos, portanto, o contrato e dedicamo-nos, eu e a ex-diretora, à visita aos alunos. Cinco famílias prometeram-nos seu concurso. Além destas, eu tinha conhecimento de várias famílias estrangeiras que desejavam ensino em instituição evangélica sob os nossos moldes. No dia 10 de janeiro de 1902 fundou-se, portanto, o ‘Colégio Progresso Brasileiro’, exibindo em seu letreiro, em letras garrafais, o nome da nome da ex-diretora, à Alameda dos Bambus, n° 5, no mesmo prédio ocupado previamente por trinta e dois alunos e suas professoras”. (BAGBY, s/n).*

Assim, nascia o atual Colégio Batista Brasileiro. O custo de obter esta instituição foi avaliado por Harrison (1954) em três mil dólares, pagos por meio de um financiamento de sete anos, sem a esperada ajuda da União Geral das Senhoras do Sul dos EE. UU. que alegaram ter ocorrido um mal entendido por parte de D. Anna. A Junta de Richmond, também não se pronunciou sobre o assunto.

Pereira (1985) afirma que até o ano de 1907, os missionários batistas esforçavam-se sozinhos, cada um em sua região de atuação, para abrir e manter as suas instituições de ensino em nosso país, motivados pela nossa precária educação elementar oferecida pelo governo e pelo domínio católico no ensino particular. Entretanto, esta visão, a princípio não era compartilhada pela Junta de Richmond.

Machado (1994) sobre o período estudado, os anos compreendidos entre 1902 e 1919, classifica-o como sendo um período na obra educacional dos batistas brasileiros em que a educação recebe um apoio tímido da denominação<sup>vi</sup>, que fazia da iniciativa de abertura de um trabalho educacional ser de inteira responsabilidade do pioneiro, que mais tarde poderia receber algum auxílio.

Foi o que aconteceu com D. Anna, ela só recebeu apoio da Junta de Richmond, após dezessete anos de atividades educacionais, quando já estava quase deixando a direção da instituição.

Porém, apesar das dificuldades iniciais, o Colégio Progresso Brasileiro abriu suas portas, em 1902, para receber e educar dentro dos altos padrões morais dos batistas, meninas da cidade de São Paulo e do interior.

Este é talvez, a grande diferenciação do Colégio de D. Anna com os demais colégios que foram sendo implantados pelos batistas após a Convenção Nacional de 1907.

O ano de 1907 é um marco na obra educacional dos batistas brasileiros porque foi nesta convenção que foi instituída a Junta Administrativa Educacional. Esta Junta, com sede no Rio de Janeiro, tinha como função traçar os planos e estudar a filosofia educacional a serem adotados pela denominação no Brasil.

A princípio, seriam utilizados os modelos trazidos da experiência da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, mas ao longo do tempo, era esperado que fosse adaptado para a realidade nacional.

De fato, isto ocorreu, e já na década de 1930, estavam instituídos e influenciavam as ações educacionais seguintes, dois pólos educacionais batistas – o Seminário do Norte e o Colégio Batista de Recife; o Seminário do Sul e o Colégio Batista do Rio de Janeiro.

Estes imprimiram as características desejadas aos colégios batistas brasileiros fundados posteriormente. E ainda hoje, influenciam a obra educacional em nosso país.

Entretanto, a realidade que motivou a fundação destas instituições era muito distinta da motivação dos primeiros missionários. Estes foram criados para aprimorar a capacidade intelectual dos pretensos futuros líderes nacionais, já que todos os missionários reconheciam as dificuldades culturais e educacionais que os jovens candidatos ao pastoreado tinham e como esta deficiência educacional dificultava no estudo teológico.

Desta forma, podemos entender porque o colégio de D. Anna não recebeu tanta atenção da denominação, nem mesmo no período inicial do projeto educacional dos batistas no Brasil. E também porque é tão difícil encontrar evidências de sua obra educacional.

*“(...) o colégio S. Paulo pela sua índole regionalista nunca teve grande atuação na vida batista em geral. Nem por isso deixava ele de servir admiravelmente à sua comunidade. Fundado para educar as jovens da paulicéia, nunca se afastou dessa rota. Desde que ele foi fundado estava nas cogitações dos missionários fundarem outro para rapazes e de ano em ano se faziam tocantes apelos a*

*Richmond para fazer as apropriações devidas a esse desejo. Entretanto, nunca foi realizado. Continuou, pois, sozinho o colégio fundado pelos irmãos Bagby. Em 1911, devido certamente ao papel que o do Rio exercia na vida batista em geral, foi também pedida uma junta administrativa para o de S. Paulo. De 1913 em diante deixou de figurar esta junta nas deliberações na convenção, sem que isso militasse contra sua obra educativa” (MESQUITA, 1940, p. 102).*

Esta era a impressão dos batistas brasileiros, pelo menos dos líderes daquela época, da importância da obra educacional realizada pelo Colégio no período de 1910 a 1925, considerado pelos historiadores denominacionais como MESQUITA (1940), como o período de expansão do trabalho batista no Brasil.

Disto, concluímos que para os líderes batistas, um colégio com o fim único de formar mulheres não era de interesse nem dos líderes locais, nem dos líderes da Junta de Richmond. Diferente o Colégio Batista do Rio de Janeiro, fundado em 1907, para o preparo de obreiros (homens) e líderes nacionais (homens), o Colégio Batista de São Paulo, nunca teve o devido apoio da denominação.

Por outro lado, este descaso da denominação, deu a D. Anna Bagby espaço para trabalhar livremente, adaptando o conteúdo e o modelo do colégio, as aspirações sociais da época sem a intervenção desta Junta Administrativa.

E a rápida tentativa de intervenção, durante os anos de 1911 e 1913, não tiveram nenhum efeito sobre o colégio e suas práticas pedagógicas, na realidade, seu objetivo era buscar apoio para a instalação da ala masculina do colégio, coisa que como nos diz o historiador, nunca ocorreu.

Assim, podemos concluir que a atividade pedagógica desenvolvida por Anna L. Bagby é um exemplo único, do tipo de atividade educacional independente dos missionários batistas que visava não à formação de líderes denominacionais, mas sim, auxiliar a população brasileira como um todo, oferecendo-lhe uma educação de qualidade e como nobres valores morais.

Em seu início, o colégio de D. Anna era pequeno, mas ela esperava atender o mesmo número de alunas do ano anterior (em torno de 32 alunas) e por isto, saiu a visitar as famílias para se apresentar.

Contudo, no mesmo período, florescia na cidade de São Paulo, o ambicioso projeto dos republicanos paulistas: os grupos escolares. Estes foram implantados como a mais progressiva proposta para a escola primária ofertada pelos republicanos entre os anos de 1890 e 1910, aos cidadãos brasileiros.

*“Os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do regime, mas a regeneração da Nação. A escola primária tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanos; por isto, os grupos escolares tornaram-se um símbolo”* (SOUZA, 1998, p. 15).

Nisto, a convicção dos batistas e dos republicanos brasileiros assemelhavam-se e por este motivo, D. Anna diz em seu memorial:

*“quanto ao programa de ensino do colégio, não houve dificuldade. Eu havia sido providencialmente preparada na reconhecida Escola Normal de São Luiz no estado de Missouri, e dali passei a ensinar nos cursos superiores de Baylor College em Texas. Organizei os cursos a modelo dos grupos escolares para admissão ao ginásio oficial”* (BAGBY, s/n).

Isto implica que o Colégio Progresso Americano, desde a sua fundação, foi organizado administrativa e pedagogicamente dentro dos mais complexos princípios da racionalidade científica e na divisão de trabalho, amplamente estudados por Souza (1918).

As principais características desta forma de ensino foram à adoção da divisão das alunas segundo o seu grau de conhecimento, provendo classes mais homogêneas, com um plano de estudos bem definido, assim como a jornada escolar. Isto deveria contribuir para um ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme.

Nas memórias de Helen Harrison, ela faz referência a esta estrutura administrativo-pedagógica adotada por sua mãe, dizendo que o colégio tinha a princípio de quatro a cinco anos do curso primário.

E somente pelo fato de ser diferenciado em sua estrutura já nos primeiros anos, isto nos prova como D. Anna possuía uma concepção educacional diferenciada. Afinal, até o ano de 1907, o tipo mais comum de escola primária em nosso país consistia em *“um só professor e uma só classe, agrupando alunos de vários níveis de adiantamento”* (RIBEIRO, 2002, p. 85).

Quanto ao conteúdo curricular adotado por D. Anna, é bem possível que ela tenha tomado como base, as exigências do decreto n.º 248 de 1894 que determinava aos grupos escolares o estudo dos seguintes itens: leitura e dedução de princípios de gramática; escrita e caligrafia; cálculo aritmético sobre números inteiros e frações; geometria prática com as noções necessárias para suas aplicações à medida de superfície e volumes; sistema métrico decimal; desenho à mão livre; moral prática; educação cívica; noções de geografia geral; cosmografia; geografia do Brasil (especialmente do

Estado de São Paulo); noções de física, química e história natural nas suas mais simples aplicações; história do Brasil e leitura sobre a vida dos grandes homens; leitura de música e canto; exercícios ginásticos apropriados às moças e trabalhos manuais apropriados à idade e ao sexo.

Entretanto, isto é apenas uma implicação sobre os dizeres de D. Anna a respeito do programa de ensino, já que ela imitou-se a dizer que buscava dar um ensino similar ao ofertado pelos grupos escolares da Capital.

Além do ensino determinado pelas leis do estado, D. Anna oferecia nas dependências do colégio o ensino de inglês e francês, no curso regular e também, ofertava o ensino de inglês e de piano, em caráter particular, sempre que solicitado.

Havia também um outro diferencial, a educação moral oferecida versava sobre os preceitos morais que tinham seus fundamentos na fé batista. Segundo conta Helen:

*“Mamãe dizia que desde o dia de sua fundação sua oração era: ‘quando esta instituição deixar de ganhar vidas para ti, Senhor, deixe-a morrer’. Seu compromisso em oração foi que, quaisquer que fossem os protestos de patrocinadores, amigos e inimigos, ela ensinaria a Palavra de Deus em todas as classes, confiante nele para preencher qualquer vaga que pudesse advir (...) Mães católicas romanas muitas vezes traziam suas filhas, porque tinham ouvido falar no amor e na alta moral do colégio e queriam que as meninas fossem criadas naquela atmosfera. Porém sempre admoestavam: ‘Não quero que ela se torne batista’. Naturalmente, a direção nenhuma garantia seria dada que a aluna não aceitaria a nossa fé. Assegurávamos que não aconselharíamos suas filhas a unirem-se a uma igreja batista sem o consentimento paterno. Nunca pregamos pressão religiosa, mas exigíamos frequência nas aulas bíblicas e nas assembléias e usávamos persuasão inteligente, baseada na Palavra de Deus. Porém, em pouco tempo, as belas melodias e palavras de nossos hinos atraíam seus cativos, até mesmo nos casos mais tenazes.” (HARRISON, 1987, p. 66).*

Quanto ao corpo docente escolhido por D. Anna para servir no seu colégio. Ela sempre teve o cuidado de buscar, entre as mulheres estrangeiras e nacionais, quem fossem publicamente batista ou pelo menos cristã protestante. A candidata teria de ter preparação em escolas confessionais reconhecidas por seu prestígio.

Estas professoras com as professoras das escolas públicas, muito provavelmente faziam uso de marchas, contos e exercícios ginásticos, intercalados com as dinâmicas das aulas, além de destacarem como práticas fundamentais as cópias, as reproduções e a manipulação de objetos.

E a disciplina e a participação deveriam ser incentivadas com a oferta de prêmios e com a colocação do nome no quadro de honra na entrada da instituição.

Com certeza, o método intuitivo estava presente também no Colégio Progresso Brasileiro por ser neste momento, considerado com a maior inovação pedagógica do período e por ser utilizado nos grupos escolares, com todo aval do governo estadual.

Porém, as atividades educacionais no Colégio Progresso Americano não se restringiam em seguir o modelo da escola primária pública do Estado de São Paulo, ele também teve que buscar oferecer outros serviços educacionais para dar conta das necessidades financeiras geradas pela falta de auxílio vindo do estrangeiro. D. Anna nos conta quais soluções encontrou para superar a crise financeira:

*“Que fazer? Que recurso tínhamos abaixo de uma dívida que naquele tempo equivalia a três mil dólares! Lembramo-nos de abrir um Jardim da Infância na esperança de aumentar a renda. Soubemos que a Senhorinha Hortência Smith do Colégio Piracicabano (metodista) procurava colocação e a ela recorremos para esse mister. Ela prontamente aceitou o convite. Transferimos o refeitório para outra dependência e enchemos o salão de cadeirinhas e mesas baixas. Tudo pronto, mas onde as crianças? Nosso esforço, porém, não foi vão. Pouco a pouco vieram chegando, pois nosso era o único departamento de ensino infantil particular. Com o influxo dos alunos, tornou-se necessária a expansão de salas. Assoalhamos a cozinha e pedimos ao dono da casa que adaptasse o espaçoso porão ao uso de refeitório, cozinha e quartos para empregadas. Ele acedeu ao nosso pedido sem aumento no aluguel. A mão de Deus por toda parte se fazia sentir.” (BAGBY, s/n).*

Logo, o Colégio Progresso Brasileiro, não apenas atendia as necessidades de preparo de meninas, no ensino primário, como também no ensino infantil.

Quanto aos seus alunos, é fato que o Colégio atendia as famílias aristocratas de São Paulo. Tanto no memorial de D. Anna como no livro de Helen Harrison, há referencia da necessidade do colégio de providenciar transporte para que as filhas de famílias residentes na Av. Paulista fossem estudar. Sobre isto, nos relata D. Anna:

*“Por esse tempo, duas famílias na Avenida Paulista pediram condução para seus filhos, oferecendo bom pagamento, o que aproveitamos para iniciar um serviço que sobreviveu a nossa administração. De um colégio vizinho adquirimos um carro, tipo antigo, tendo o dono de nossa lavanderia oferecido o empréstimo de seu cavalo. Uma professora acompanhava as crianças diariamente. Este empreendimento causou-nos bastante preocupação e foi abaixo de lágrimas e oração que lançamos o projeto. O esforço intenso de dois dias quase deu fim ao nosso bucéfalo, pelo que recorremos a um “cocheiro” que oferecia seu próprio tempo na direção do carro, fornecendo ainda o uso do seu robusto animal. Breve transportávamos dessa maneira 40 alunos, dando saída às 7:30 horas, da manhã e regressando da última viagem às 6 da tarde. O médico do colégio ofereceu-nos o aluguel do seu auto, mas a desconfiança do novo veículo naqueles dias era tal entre as famílias, que não pudemos aceitar a proposta. Mas o carro fez sucesso!*



*Evoluiu. A princípio era uma espécie de ‘tilbury’ coberto e puxado por um cavalo. Passou depois a ‘breque’ com tração de dois fortes e rotundos burrinhos e finalmente venceu-se a oposição à posição à gasolina a ponto de instalarmos um ônibus de fabricação especial para o nosso uso.” (BAGBY, s/n).*

Também podemos deduzir do relato de Helen que não apenas havia moças da aristocracia cafeeira, mas também pessoas humildes porque em parte de seu relato ela afirma que “o colégio em São Paulo estava crescendo constantemente. Alcançando os corações dos mais orgulhos e dos mais humildes, dos mais ricos e dos mais pobres” (HARRISON, 1987, p. 66).

Contudo, dados mais precisos sobre quem foram os alunos do Colégio Progresso Brasileiro, não foram possíveis de se obter. Infelizmente, os arquivos dos alunos não foram preservados.

O que podemos dizer é que o Colégio Batista Brasileiro atendia prioritariamente crianças do sexo feminino e do sexo masculino, só até os 10 anos de idade. Esta exceção não era do agrado de D. Anna, mas foi aberta por causa das dificuldades financeiras.

Algumas famílias, que enviavam suas filhas ao Colégio, possuíam posses, outras nem tanto, isto e a necessidade de forma mão de obra para o Jardim Infantil, fez dona Anna abrir uma classe de preparação de moças para o ensino de Jardim de Infância (as chamadas jardineiras). Este curso, na primeira vez que foi realizado, teve à frequência de oito alunas.

Kuhlmann Jr. (2000) em artigo sobre a infância brasileira, cita o nome de uma das colaboradoras de D. Anna<sup>vii</sup> como uma das pessoas que influenciou o projeto de implantação do jardim-de-infância Caetano de Campos.

Mas, além destas informações, nada mais também pudemos reunir a respeito do ensino infantil e do curso de jardineiras praticado no Progresso Brasileiro.

Os historiadores denominacionais não faziam muito questão em relatar detalhes das atividades do colégio, como já mencionamos anteriormente. Para eles, o mais importante era a constante ampliação de alunos atendidos pelo colégio.

E de fato, ano após ano, o Colégio ia aumentando seu número de matrículas. Iniciando suas atividades em torno de quarenta alunos, ele apresentava em 1907 um total de 165 alunos matriculados e no ano da saída de D. Anna de sua direção, 1919, 200 alunas a homenagearam pelo seu serviço e dedicação.

Segundo Hellen, em 1909, foi necessário abrir um internato, para contemplar os pedidos vindos das diversas famílias interessadas em educar suas filhas. Inclusive, muitas famílias do interior de São Paulo, enviavam suas filhas, já a partir dos seis anos de idade para os cuidados de D. Anna e da responsável pelo internato D. Annie Thomas.

No ano de 1915, o colégio mudou-se da casa alugada que o abrigava desde o início devido à falta de espaço. Em seu lugar, foi alugado um prédio espaçoso no antigo Largo dos Guayanazes (hoje Princesa Isabel).

E finalmente, com ajuda dos batistas americanos foi comprado um excelente local, onde mais tarde foi construída sua sede própria para onde o colégio se mudou em 1923, no bairro dos Perdizes.

No final do ano de 1918, D. Anna solicitou a Junta de Richmond que ela assumisse a responsabilidade pelo Colégio. D. Anna e seu esposo estavam cansados e buscavam realizar outras atividades em prol da expansão do trabalho batista no Brasil.

Assim, em 1919, quem assume a direção do Colégio Progresso Brasileiro foi a Convenção Nacional, através de sua Junta Educacional. O Colégio deixa de ser chamado de Progresso Brasileiro e passa a receber o nome atual, Colégio Batista Brasileiro.

D. Anna e seu marido mudaram para Porto Alegre, Rio Grande do Sul, onde viveram com um dos seus filhos, missionários naquele Estado e que também tinham iniciado uma obra educacional, o Colégio Batista de Porto Alegre.

D. Anna viveu em Porto Alegre até o falecimento de seu esposo em 1939, depois foi morar com uma outra filha em Recife, Pernambuco. Faleceu no dia 24 de dezembro de 1942, consciente da expansão que seu modesto empreendimento tinha alcançado.

Neste período, que colégio tinha agora mais de 700 alunas e abrangia não somente o primário, mas o ensino secundário, um Escola Normal oficial, Escola de Belas Artes, além do ensino de música e línguas estrangeiras. Entretanto, depois dela, nenhuma mulher até o dia de hoje, tornou-se responsável por sua direção.

## **6. Conclusão**

A contribuição educacional dos missionários batistas para a história educacional de nosso país se deu nas diversas e pequenas tentativas de dar ao povo brasileiro, acesso ao ensino elementar, de base.

Para aqueles que tiveram a oportunidade de conviver na mesma sociedade que estes missionários, o acesso a esta educação tornou-se mais fácil, através do ensino de ler e escrever tendo a Bíblia como livro didático.

É claro que não somos ingênuos de tampar nossos olhos as metas reais dos missionários, a educação foi para os batistas, só uma forma de legitimação perante a hegemonia da Igreja Católica que sempre buscou desprestigiar os protestantes alegando que eles não tinham conhecimento. Ela foi uma das formas mais eficazes de expandir a sua fé.

A prática educacional e a vida de D. Anna nos mostram isto. Estes missionários não apenas detinham um conhecimento profundo, como dedicaram suas vidas em busca de ter sempre o melhor a oferecer aqueles que de boa vontade e sem preconceito aceitassem ser instruídos por eles.

Mas, nunca abriram não de propagar a sua crença e seus valores, nem podiam porque o que os movia diante dos obstáculos era a certeza que *“a imoralidade é também em decorrência da ignorância, por falta de conhecimento dos bons princípios cristãos, por isso dever-se-ia alfabetizar”* (Schulz, 1989, p. 91).

Esta certeza sempre foi posição de D. Anna ao longo dos anos em frente da direção do Colégio Progresso Brasileiro. Enquanto buscou dar as suas alunas o que na área educacional havia de melhor e mais moderno em seu tempo, também não deixou de falar sobre a sua fé e o que ela realiza no ser humano.

Mais do que líderes denominacionais, D. Anna quis formar cidadãos conscientes de sua missão para com o seu país, crente que a educação de boa qualidade era uma das condições de fazer este país progredir.

## **7. Referências Bibliográficas**

BAGBY, Ana Luther. “Histórico do Colégio Progresso Brasileiro”, s/n. (Memorial em forma de manuscrito, não publicado).

CRABTREE, A. R. “História dos Baptistas do Brasil até o anno de 1906” – Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1937.

HARRISON, Helen Bagby. “Os Bagby do Brasil: uma contribuição para o estudo dos primórdios batistas em terras brasileiras” Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

\_\_\_\_\_. “The Bagbys of Brazil” -- Crawford, Texas: Crawford Christian Press, 1954.

KUHLMANN JR. Moysés. “Educando a infância brasileira” IN: 500 anos de educação no Brasil organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes et. al. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACHADO, José Memésio. “A contribuição batista para a educação brasileira”. Rio de Janeiro: JUERP, 1994.

MATHEWS, Ruth Ferreira. “Ana Bagby, a pioneira” Rio de Janeiro: UFMMB, 1972.

MESQUITA, Antonio Neves de. “História dos Batistas do Brasil de 1907 até 1935” – Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1940.

PEREIRA, José dos Reis. “A história dos batistas brasileiros (1882-1982)”. 2º edição. Rio de Janeiro: JUERP, 1985.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. “História da Educação Brasileira: a organização escolar” 18º edição revista e ampliada, Campinas: Autores Associados, 2003.

SCHULZ, Almiro. “Fundamentos da educação protestante no Brasil: Hipóteses Explicativas” – Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1989 (Dissertação de Mestrado).

---

<sup>i</sup> O governo de D. Pedro II custeava a passagem de missionários norte-americanos, mas diferente dos demais protestantes, os batistas defendem a total separação entre Igreja e Estado e, portanto o casal Bagby não aceitou a oferta recebida.

<sup>ii</sup> Conversão é o processo que todo cristão, batista, passa ao aceitar conscientemente e livremente as verdades do Evangelho a respeito de Jesus, que ele é Filho de Deus e Salvador de sua vida. A confirmação deste processo se dá com a pública confissão de fé e consequentemente, pelo batismo.

<sup>iii</sup> A título de exemplo, em 1898 foi fundado o Colégio Taylor-Egídeo, na cidade de Salvador, BA. Emma Ginsburg teve um colégio na cidade de Campos, RJ, por algum tempo, enquanto seu marido era pastor da cidade, no mesmo período. Também em 1898, duas missionárias fundaram um colégio em Belo Horizonte, MG. Em 1894, foi fundada a Escola Industrial na Bahia, que chegou ter 50 alunos no curso de mecânica. Todos esses colégios foram fundados com a intenção de dar instrução elementar ao povo, mas com exceção do primeiro, todos os demais tiveram em atividade por um breve período e deixaram de dar continuidade por diversos motivos após o ano de 1900.

<sup>iv</sup> J. J. Taylor pastor da Primeira Igreja Batista de São Paulo.

<sup>v</sup> Neste período estavam em São Paulo os casais J.J. Taylor e A.B. Deter (PEREIRA, 1985, p.45.).

<sup>vi</sup> A denominação batista no Brasil ainda estava passando por um período de organização e estruturação, sendo os missionários ainda dependentes das decisões da Junta de Missões de Richmond, Virgínia, EUA, principalmente financeira.

<sup>vii</sup> Maria Guillhermina professora que veio do Rio de Janeiro onde realizou a mesma atividade anos antes.